

Manejo comunitário de pirarucu em áreas protegidas do Amazonas: situação atual e oportunidades de fortalecimento da produção e comercialização.

Pirarucu: o gigante da Amazônia

O pirarucu (*Arapaima gigas*) é o maior peixe de escamas de água doce do mundo, podendo atingir mais de dois metros de comprimento e 200kg de peso. Esse gigante que habita as várzeas amazônicas possui inquestionável importância cultural, social e econômica para povos indígenas e comunidades tradicionais.



Foto: Adriano Gambarini

O que é o manejo comunitário de pirarucu?

É uma prática de uso sustentável e gestão participativa deste recurso pesqueiro, que garante essencialmente a sobrevivência da espécie, soberania alimentar e renda às comunidades envolvidas a longo prazo. A primeira iniciativa foi implementada em 1999, na Reserva de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá.

Promoção de inúmeros benefícios ambientais, sociais e econômicos

O manejo comunitário de pirarucu é um extraordinário caso de **conservação da biodiversidade**, com inúmeros benefícios. Graças à atividade, o pirarucu voltou a habitar grande parte das várzeas amazônicas e não é mais uma espécie ameaçada! Os estoques de outras espécies aumentaram, como tambaqui, jacaré-açu, tartaruga, tracajá, peixe-boi, etc., e o estado de conservação dos ecossistemas melhorou.

O manejo também promove a **organização comunitária** ao mesmo tempo que mantém a **cultura** da pesca artesanal e os modos de vida locais, fortalecendo a **autoestima** de diversos pescadores indígenas e ribeirinhos.

Além disso, gera **renda** às comunidades produtoras, que supre necessidades das famílias e as permite realizar melhorias onde vivem. Os lagos protegidos são verdadeiras “poupanças bancárias” que podem ser acessadas anualmente. Tudo isso sem falar dos inúmeros benefícios promovidos aos diversos atores dos demais elos da cadeia de valor.

Como funciona o manejo comunitário de pirarucu?

Para que o manejo inicie em um local é preciso uma fase de planejamento e implementação participativos, que incluem os seguintes passos, idealmente: **1** - mobilização social; **2** - organização comunitária; **3** - zoneamento e ordenamento territorial; **4** - capacitação dos manejadores na metodologia reconhecida de contagem de pirarucu e gestão; **5** - elaboração do plano de manejo e do plano de negócio; **6** - análise e aprovação do manejo pelo IBAMA; **7** - realização dos investimentos iniciais em infraestrutura (flutuantes, embarcações, apetrechos de pesca, etc).

Cumprida essa fase inicial, o manejo comunitário entra em um ciclo operacional com etapas que ocorrem anualmente, sustentadas por três pilares chave:



O diagnóstico do manejo e comercialização de pirarucu

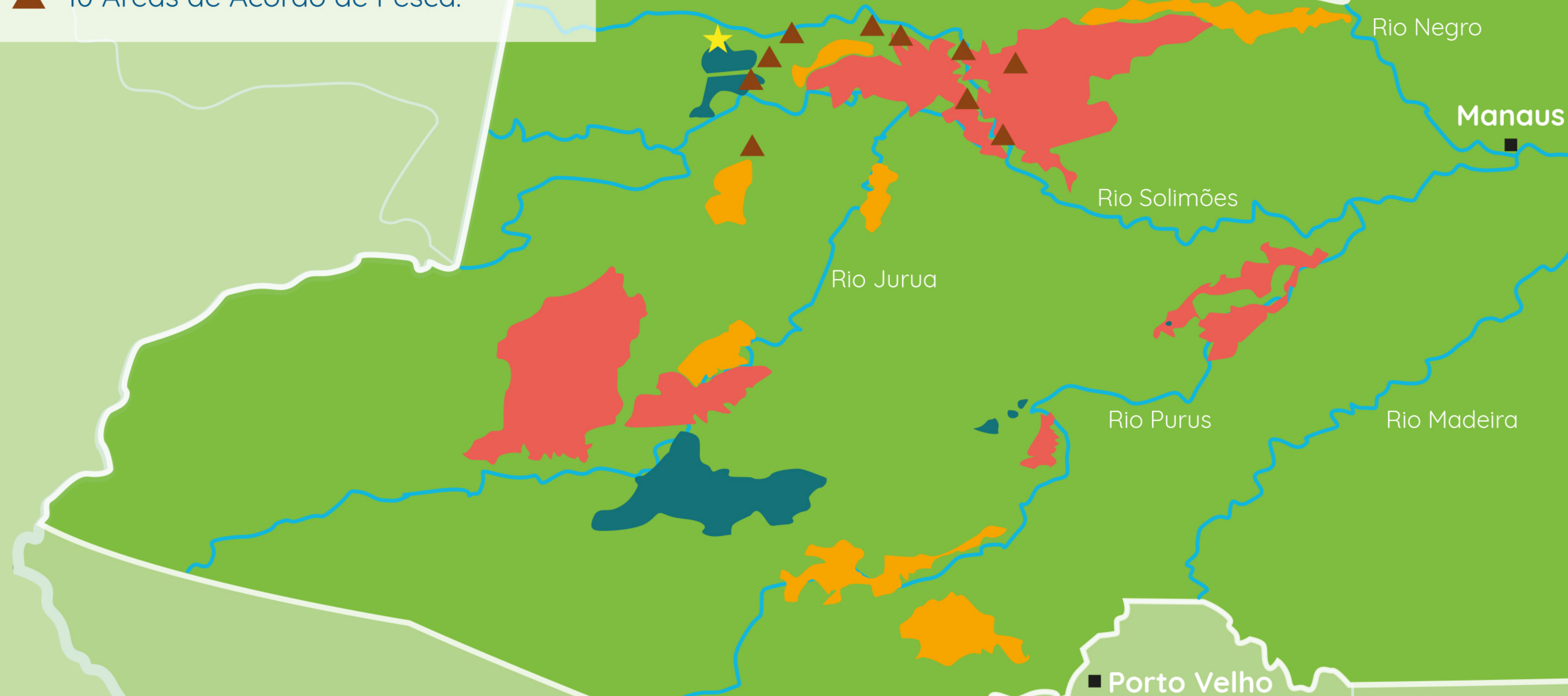
Com o objetivo de fortalecer o manejo comunitário de pirarucu foi realizado um diagnóstico para compreender a situação atual em áreas protegidas e de acordos de pesca no Amazonas a fim de subsidiar estratégias de desenvolvimento. Nas páginas seguintes você encontrará os principais resultados deste diagnóstico, realizado entre agosto de 2017 e maio de 2018.

Onde ocorre o manejo de pirarucu?

Áreas abrangidas pelo diagnóstico

Legenda:

- 7 Unidades de Conservação federais.
- 6 Unidades de Conservação estaduais.
- ★ 1 Unidade de Conservação municipal.
- 7 Terras Indígenas.
- ▲ 10 Áreas de Acordo de Pesca.



Dados levantados

31

áreas protegidas e de acordo de pesca pesquisadas.

78%

da cota de pesca autorizada em 2017 no Amazonas.

+ de 1.200

ambientes aquáticos são manejados.

417.982

pirarucus adultos e jovens foram contados em 2016.

99%

foi o crescimento acumulado do estoque entre 2012 e 2016.

19%

foi o crescimento médio do estoque anual entre 2012 e 2016.

33.204

indivíduos de pirarucus foram pescados em 2016 (20% do estoque de adultos).

4.044

pessoas beneficiadas diretamente em 2016.

69%

foi o crescimento do número de pessoas entre 2012 e 2016.

A cadeia de valor do pirarucu manejado: como o peixe manejado chega à sua casa?

1. Produção pesqueira

É a primeira etapa ou elo da cadeia de valor do pirarucu manejado. Ela é realizada por povos e comunidades tradicionais com o apoio de organizações comunitárias, não-governamentais e públicas. Os manejadores vendem sua produção para intermediários, frigoríficos, instituições governamentais e consumidores finais em feiras. Grande parte do peixe é vendido inteiro eviscerado resfriado ou no gelo, na forma chamada localmente de “charuto”.

2. Intermediação

Este segundo elo representa a atividade de compra do charuto seguida da venda sem beneficiamento. Normalmente é realizada por comerciantes, conhecidos como “atravessadores”. Esses atores vedem para outros intermediários, beneficiadores e consumidores finais. Neste diagnóstico foram identificados cerca de 50 atravessadores, no período entre 2012 e 2016.

3. Beneficiamento

Esta etapa da cadeia de valor se refere à transformação do pirarucu charuto em diversos produtos. Geralmente o primeiro passo desse processo é realizado por feirantes e frigoríficos, e o segundo, por bares e restaurantes, indústrias da moda e artesãos. Os primeiros atores vendem para os segundos e todos podem vender para varejistas (supermercados, lojistas e feirantes) e consumidores finais. Foram identificados seis frigoríficos e dois restaurantes compradores no período.

4. Mercados consumidores

Aos mercados chega uma diversidade de produtos que são consumidos em pequena parte nas cidades do interior do Amazonas e de estados vizinhos e, em grande parte, na região metropolitana de Manaus, capitais da região sudeste e em países do exterior. Estados Unidos, México, Itália, Chile, Alemanha, Espanha e Japão são os principais países consumidores da carne e couro do pirarucu. Os produtos do pirarucu são:

- ◆ Carne fresca.
- ◆ Carne seca e salgada.
- ◆ Pele e couro.
- ◆ Escama.
- ◆ Língua.
- ◆ Carcaça.
- ◆ Roupas e acessórios.
- ◆ Acessórios.
- ◆ Pratos típicos.



R\$ 7 milhões

de **renda bruta** gerada para as comunidades.*

R\$ 1.765

de **renda bruta** média por pessoa.*

30%

foi o crescimento acumulado da **renda bruta**.**

7%

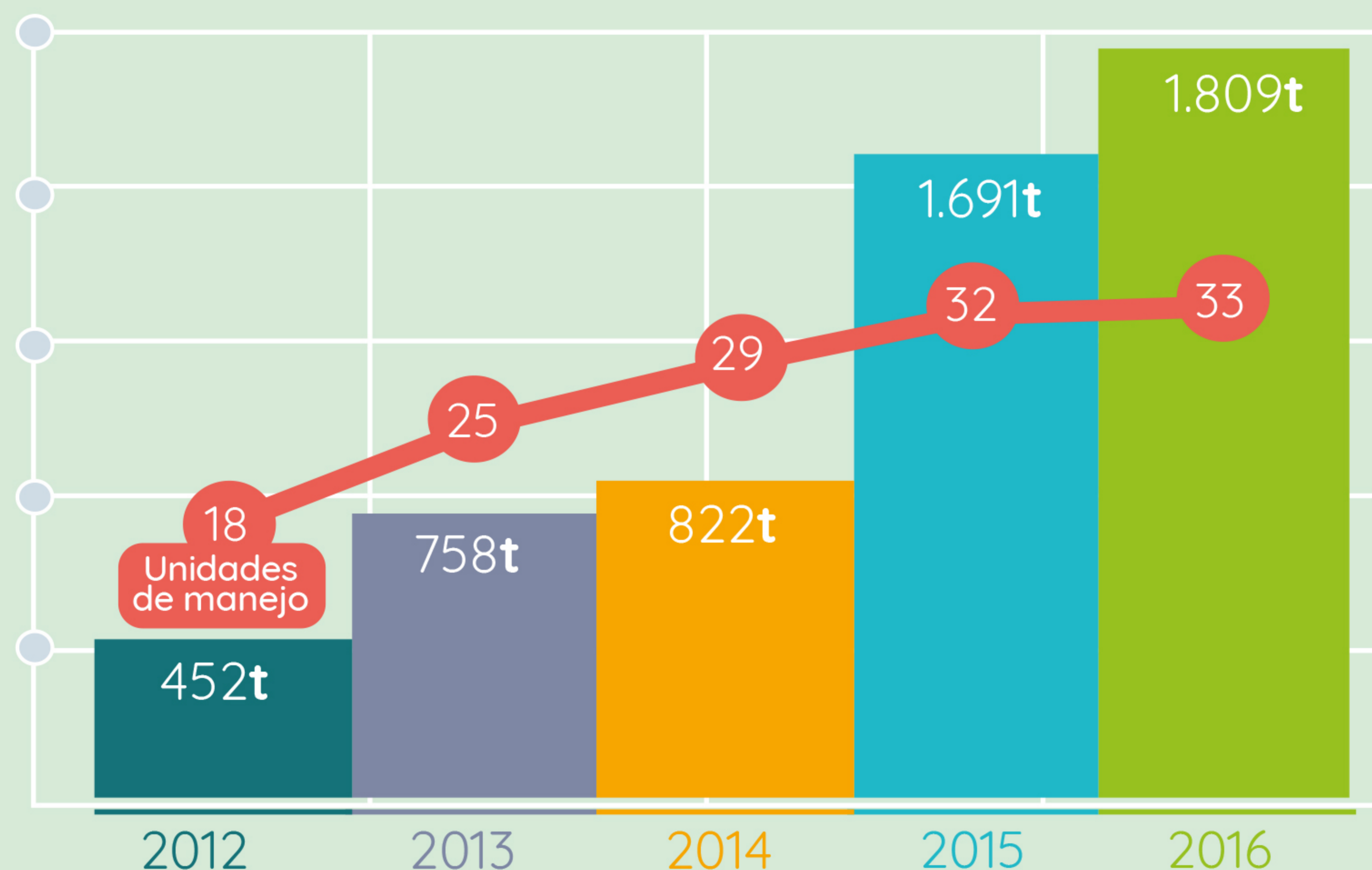
foi o crescimento médio anual da **renda bruta**.**

R\$ 22,4 milhões

de **renda bruta** se fosse agregado valor ao peixe (venda da carne filetada e da pele).*

* Referente a 2016. ** Referente ao período de 2012 a 2016.

Produção pesqueira e número de unidades de manejo no mercado:



Observação: Não há dados da região de Fonte Boa de 2012 a 2014 e de Tonantins de 2012 a 2015.

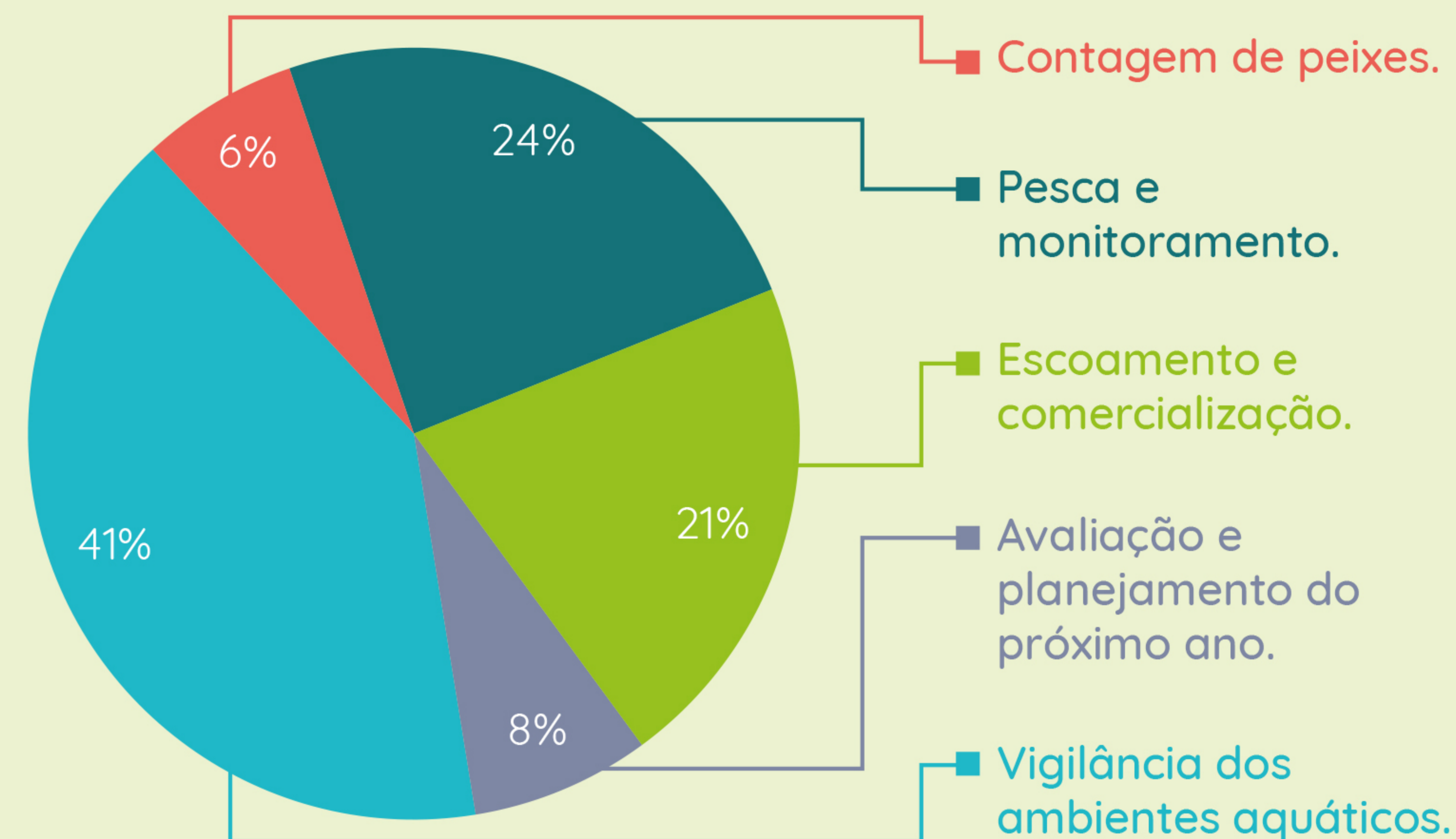
150%

foi o crescimento da **produção pesqueira**.**

26%

foi o crescimento médio anual da **produção pesqueira**.**

Proporção do custo de insumos e de serviços de terceiros nas etapas operacionais, referente a sete unidades de manejo em 2017:



1.725

comunitários atuam diretamente na proteção territorial.

Há vigilância comunitária em

100%

das áreas protegidas e de acordos de pesca.

Há vigilância contratada em

9%

das áreas protegidas e de acordos de pesca.

Há pressão de pesca ilegal em

100%

das áreas protegidas e de acordos de pesca, **apesar do enorme esforço da vigilância comunitária realizada com poucos recursos, e insuficientes para a efetiva proteção territorial.**

Desafios atuais e oportunidades de fortalecimento

Para que sejam mantidos e aumentados os diversos benefícios do manejo de pirarucu é necessário superar desafios e há alguns caminhos.

DESAFIOS	IMPLICAÇÕES	OPORTUNIDADES
Produtivos		
<ul style="list-style-type: none">- Falta de acesso à infraestrutura de armazenamento, transporte e beneficiamento eficientes e/ou certificadas.- Poucas oportunidades de formações sobre técnicas de pesca manejada e beneficiamento.	<ul style="list-style-type: none">- Baixa padronização da qualidade do produto.- Baixa agregação de valor aos produtos.- Baixa eficiência econômica.- Perda de mercado para piscicultura.	<ul style="list-style-type: none">- Desenvolvimento de alternativas de infraestrutura de baixo custo com critérios legais adequados a realidade ambiental e cultural local- Acesso a financiamentos para investimentos e capacitações.
Gerenciais		
<ul style="list-style-type: none">- Pequeno número de pessoas capacitadas para gestão de negócios comunitários.- Alto custo de formalização de grupos produtores, em formatos jurídicos pouco funcionais para a realidade amazônica.	<ul style="list-style-type: none">- Condições restritas para lidar com mercados e fazer a gestão administrativa e financeira.- Alta informalidade que dificulta o acesso a mercados mais exigentes.	<ul style="list-style-type: none">- Acesso a formação e assistência técnica, especialmente por incubadoras.- Adequações de legislações à realidade amazônica para formalização de grupos produtores.
Financeiros e Mercadológicos		
<ul style="list-style-type: none">- Pequeno número de compradores.- Inexistência de preço mínimo para a compra do peixe.- Baixo ou inexistente capital de giro.- Falta de recursos para investimentos.- Alto custo de logística.	<ul style="list-style-type: none">- Baixa concorrência para a compra do peixe.- Baixo poder de barganha das comunidades na comercialização.- Estagnação dos negócios comunitários.	<ul style="list-style-type: none">- Acesso a oportunidades de financiamento de baixo custo financeiro.- Estabelecimento de preço mínimo.- Desenvolvimento de novos empreendedores nos demais elos da cadeia de valor.
Fiscalizatórios		
<ul style="list-style-type: none">- Alta incidência da pesca ilegal, ofertando pescado clandestino ao longo de todo ano.	<ul style="list-style-type: none">- Concorrência desleal	<ul style="list-style-type: none">- Aumento da fiscalização em frigoríficos e feiras de pescado

Projeto parceria para a conservação da biodiversidade da Amazônia



Realização



Apoio



Coletivo protagonista

Grupo de manejadores, organizações de base e instituições de apoio das seguintes Áreas Protegidas:

Floresta Estadual de Canutama
RDS Amanã
RDS Cujubim
RDS Mamirauá
RDS Piagaçu-Purus
RDS Uacari
RDSM Peixe Boi

RESEX Auati-Paraná
RESEX Baixo Juruá
RESEX Médio Juruá
RESEX Médio Purus
RESEX Rio Ituxi
RESEX Rio Jutai
RESEX Rio Unini

TI Acapuri de Cima
TI Deni
TI Espírito Santo
TI Macarrão
TI Paumari do rio Tapauá